

A inovação nos *habitats* humanos e na organização das cidades

Maria Júlia FERREIRA

e-GEO Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – U.N.L.
Av. de Berna, 26-C, 1069-061 LISBOA (PORTUGAL)
Tel: +351.217933519 Fax: +351.217977759
e-mail: julia.ferreira@fcsh.unl.pt

Resumo

A inovação é o grande desafio deste século; ela assenta em três componentes: o pensamento criativo, o pensamento estratégico e o pensamento transformador que vão influenciando a forma de pensar, organizar e intervir nos territórios, nomeadamente os urbanos, falando-se assim em inovação urbana.

Vamos reflectir em torno de duas teses: i) o habitat é um conceito que permite operacionalizar o planeamento territorial, agregando a habitação em paisagens urbanas; ii) a inovação nos habitats humanos e na organização dos territórios é a razão de ser, o que dá sentido às estratégias de intervenção, sejam elas públicas ou não.

Acreditamos que é na inovação que se centra o impulso transformador que vence os desequilíbrios no habitat humano, nas paisagens urbanas e nas marginalidades que gravitam em torno da qualidade de vida, da satisfação residencial e da sustentabilidade do desenvolvimento humano.

Palavras-chave: Inovação Urbana, Habitat Urbano, Paisagem Urbana, Práticas Urbanas Inovadoras

Abstract

Innovation is the major challenge of this century; it settles upon three elements: the creative thinking, the strategic thinking and the transforming thinking.

These fundamentals have an influence on the way of thinking, of organising and of actuating on the territory, namely on urban spaces, leading us to the notion of urban innovation.

This article is a reflection around two thesis: habitat is a concept that makes urban planning more operational, gathering housing into urban landscapes; the innovation on urban habitats and on the organisation of these territories is the leitmotif, the meaning, of the actuating strategies on urban habitat, whatever they are public or private. We believe that the transforming momentum that overcomes unbalances on urban habitat, on urban landscape and on social exclusion, embracing quality of life, housing satisfaction and sustainable development, is centred on innovation.

Keywords: Innovation, Urban Habitat, Urban Landscape, Innovative Urban Practices.

Résumé

L'innovation est le défi majeur de ce siècle. Elle repose sur trois composantes : la pensée créative, la pensée stratégique et la pensée transformatrice qui ont de l'influence sur la forme de penser et d'organiser, ainsi que sur la forme d'intervenir sur les territoires, notamment les territoires urbains, ce qui nous amène à parler d'innovation urbaine.

Dans cet article, nous voulons réfléchir autour de deux thèses qui sont les suivantes: i. l'habitat est un concept qui nous permet de rendre opérationnel l'aménagement du territoire, en agrégeant le logement en paysages urbains ; ii. l'innovation dans les habitats humains et dans l'organisation des territoires est en soit une finalité, ce qui justifie les stratégies d'intervention sur l'habitat urbain, qu'elles soit publiques ou non.

Nous sommes d'avis, que c'est dans l'innovation que se gère la force transformatrice capable de vaincre les déséquilibres dans l'habitat urbain, dans les paysages urbains et dans les marginalités qui gravitent autour de la qualité de vie, de la satisfaction résidentielle et du développement humain durable.

Mots clés: Innovation Urbaine, Habitat Urbain, Paysage Urbain, Pratiques Urbaines Innovatrices.

Introdução

A consciência de que as comunidades locais são responsáveis pelo seu futuro ganha cada vez mais adeptos, atribuindo-se a estas a responsabilidade pelo seu estado de crescimento, inércia ou abandono. Se o objectivo de cada comunidade local é conservar ou acrescentar a sua qualidade de vida, é indubitável que reduzir a pobreza e encontrar processos e produtos inovadores que reactivem ou iniciem uma actividade ou uma acção inovadora são temas de reflexão obrigatória.

No entanto, a inovação assenta em três componentes: o pensamento criativo, o pensamento estratégico e o pensamento transformador e, por isso, não basta ter ideias, é preciso que façam parte de uma estratégia e que visem a mudança.

A inovação é a grande competência e a grande aposta do século XXI o que, em matéria do território, significa o aprofundamento da articulação entre os processos de inovação e o desenvolvimento urbano.

A literatura sobre a inovação urbana é vasta e a perspectiva como se encara tem evoluído de forma significativa, desde os elementos físicos aos projectos urbanos, à procura e utilização de acções/práticas inovadoras na resolução de problemas urbanos, à gestão assente numa visão antecipada das tendências (inclusive, dos modelos de transferência horizontal e vertical da inovação, de forma a promover a transformação urbana¹) ou à implementação das cidades digitais, inteligentes.

A implementação da inovação no habitat humano pode passar por um “Observatório do Habitat” que fará a análise dos elementos estruturantes do território, dos sistemas de transportes e comunicações e de povoamento e das mudanças em curso, de forma a fundamentar a introdução de estímulos à mudança².

As orientações da política em matéria de habitação assentam, necessariamente, na observação atenta dos movimentos de população, que pode ou não tomar a forma de um observatório.

Vamos reflectir em torno de duas teses: o *habitat* como conceito que permite operacionalizar o planeamento territorial, agregando os diferentes tipos de habitação em *habitats* e/ou paisagens urbanas, e a inovação nos *habitats* humanos e na organização dos territórios, como a razão de ser e o que dá sentido às estratégias de intervenção no habitat urbano, sejam elas públicas ou privadas. Acreditamos que é na inovação que se centra o impulso transformador que vence os desequilíbrios no habitat urbano, nas paisagens urbanas e nas marginalidades que gravitam em torno da qualidade de vida, da satisfação residencial e da sustentabilidade do desenvolvimento humano.

¹ Ver nomeadamente: BADSHAH, Akhtar A.; PERLMAN, Janice (2002:549-558).

² No caso da aglomeração de Rouão, em França, era um observatório do habitat e do povoamento, como se vê no cap. Economia Residencial no “project de Territoire.com”.

1. O Habitat urbano como paisagem urbana

A palavra *habitat* é utilizada em contextos diferentes mas, neste caso, seguimos o dicionário do imobiliário: “Trata-se de um conceito introduzido pelos estudos da questão da habitação e pela sociologia urbana em geral, para se distinguir o estudo do meio, ou local de residência, do estudo da habitação como alojamento. De facto, a questão da habitação tem sido analisada, como tal, do ponto de vista das políticas de habitação, do ponto de vista das necessidades humanas, enquanto alojamento, ou ainda do ponto de vista da apropriação do espaço de habitar, podendo este ser entendido não apenas como o espaço doméstico mas como todo o espaço envolvente, o que remete para a vida urbana ao nível do espaço residencial, do “bairro” ou do complexo habitacional”³.

É, assim, a habitação e a sua envolvente, as necessidades humanas e a sua cobertura pelas políticas públicas, a apropriação do espaço e a própria vida urbana centrada nessa área residencial. “É o quadro e as condições de vida de uma população”⁴ ou “o conjunto e o arranjo das habitações num dado espaço.... Um bom revelador das desigualdades sociais... exprimindo as escolhas económicas, sociais, religiosas e simbólicas das sociedades,... uma das formas maiores da apropriação do espaço e da formação dos territórios, também uma das mais duráveis, que contribui mais eficazmente para formar a memória da humanidade através das suas formas tangíveis (construído) e intangíveis (as preferências por tal ou tal forma)”⁵.

O conceito de Habitat não se sobrepõe ao de habitação, de Geografia do Povoamento, de Sociologia da Habitação, de Sociologia do quotidiano⁶, do estudo do espaço doméstico⁷ nem sequer ao de projecto imobiliário, de Economia Residencial, de Ecologia Humana, de Habitação Ecológica ou Eco-habitação⁸.

³ Habitat, *Dicionário do Imobiliário*, 1996:257. Complexo habitacional é um “Grande edifício, ou conjunto de edificações, normalmente de grande dimensão, para fins residenciais, concebidos como um todo e que, por vezes, possuem como parte integrante espaços de consumo e lazer” (Dicionário do Imobiliário, 1996: 136).

⁴ Merlin-Choay, *habitat*, 1988:329.

⁵ Brunet-Ferras-Théry, *Habitat*, 1992:229-230.

⁶ “Estudo das actividades e práticas do quotidiano, nomeadamente ao nível da vida quotidiana das cidades. Algumas práticas e processos do quotidiano, tidos, por vezes, como triviais, fúteis, banais, têm sido analisados pela sociologia do quotidiano, ou da vida quotidiana, como elementos socialmente e culturalmente produzidos e simultaneamente produtores de cultura e da reprodução e mudança social” (Dicionário do Imobiliário, 1996: 463).

⁷ “Designa o espaço habitacional ou a residência. Refere-se ao contexto social onde opera o grupo doméstico, no sentido em que cada vez mais o espaço de habitação é simultaneamente espaço de lazer, convivibilidade social e também de trabalho, podendo representar uma “micro-estrutura social”. O conceito permite uma diferenciação face aos modos mais tradicionais de análise da questão da habitação e do habitat e o seu uso, recorrente na actualidade, prende-se com a ideia de uma crescente “domesticação da vida social das cidades, em detrimento do uso dos espaços públicos, para as actividades de lazer e sociabilidade (...)” (Dicionário do Imobiliário, 1996:206).

⁸ Na Europa, destaque para a Rede Europeia de habitação Ecológica – EHEN.

Numa entrevista feita por *Les Cahiers de l'Habitat*, Jean-Paul Lacaze⁹ definiu a diferença entre alojamento e habitat, dizendo “Se emprego este vocábulo, mais do que o de alojamento, é porque o valor económico dum alojamento como a sua utilidade social marca uma ruptura no momento em que acaba o processo da sua produção. Com efeito, o valor dum alojamento existente depende muito pouco do seu preço de custo, porque se exerce sobre ele a influência do estatuto social; o que é exterior ao alojamento (transportes, serviços, escola, exposição solar ...) qualifica-o pelo menos tanto como o que está no seu interior e, sobretudo, a maneira como exprime a identidade social dos seus ocupantes. Para mim, é a integração destas componentes internas/externas que definem o conceito de habitat” (1988:16).

Lacaze considerava haver fundamentalmente cinco habitats urbanos, sendo três estáveis (centros com vocação comercial, bairros históricos e bairros residenciais) e dois em grande mutação (os bairros residenciais populares - nos bairros antigos ou nos subúrbios - e o periurbano). Esta problemática teve grande desenvolvimento em França, nos anos oitenta do século XX, no contexto dos Planos Locais do Habitat, P.L.H., e dos Conselhos Departamentais do Habitat, C.D.H., tendo como finalidade principal a gestão coerente do desenvolvimento dos territórios. Em sentido restrito parece aproximar-se do conceito de habitação (no sentido lato desta) mas a escala é diferente e mais abrangente, reportando-se ao nível das paisagens como “qualquer parte do território tal como a percebe a população, cujo carácter é o resultado da acção e da inter relação de factores naturais e/ou humanos”¹⁰. Ele junta a qualidade arquitectónica do edificado e da sua envolvimento e a satisfação residencial, pressupondo um espaço urbano habitado vivo, a qualidade do habitar.

O conceito de paisagem tornou-se operativo nas políticas públicas¹¹, primeiro na política de protecção do património natural e cultural, estendendo-se com avanços e recuos a áreas mais vastas do ambiente, património e ordenamento do território, consagrando-se progressivamente como política de protecção e salvaguarda das paisagens (rurais ou urbanas). Dos sítios e monumentos passou-se aos lugares, uns e outros destacados pelas suas qualidades estéticas, depois ao conceito de património histórico-artístico, englobando já os jardins. As áreas verdes passaram a ser um elemento central na procura do equilíbrio ecológico assim como a

⁹ *Les Cahiers de l'Habitat*, 1988: 15-20.

¹⁰ Convenção Europeia da Paisagem, 2000. O Conselho da Europa entende a política de paisagem como “a formulação, por parte das autoridades públicas competentes, dos princípios gerais, estratégias, e directrizes que permitam a adopção de medidas específicas com vista à protecção, gestão e ordenamento da paisagem” (Convénio Europeu da Paisagem, capítulo 1, artº1, in Frolova-Toribio-Pomar, 2003:606).

¹¹ A “política em matéria de paisagem” é ainda difusa nos textos do Conselho da Europa, embora exista legislação específica em vários países da Europa (Suíça, 1966 e 1995, Alemanha, 1976, França, 1993, República Checa 1992, Eslováquia, 1994, etc. (Cfr. Frolova-Toribio-Pomar, 2003:605).

defesa dos princípios da diversidade, seja ela biológica ou outra. Estas preocupações estenderam-se depois às paisagens urbanas, tendo como partida uma política conservacionista não somente da paisagem natural, mas também dos valores estéticos, históricos e simbólicos que a elite intelectual nela projecta¹². Esta ideia é importante e torna-se mais evidente nas paisagens urbanas, defendendo-se que “..a única maneira de abordar o problema da gestão das paisagens como património é mudar o conceito elitista e excepcionalista do mesmo e da sua gestão” (Frolova-Toribio-Pomar, 2003:616); da protecção das paisagens excepcionais tem de se passar progressivamente para a protecção das paisagens banais, para os conjuntos integrados, independentemente de serem ou não elitistas, ou seja, torna-se importante o conceito mais neutro de habitat.

No caso de França, em 1993, deu-se uma mudança significativa nas políticas conservacionistas, com a passagem do conceito de Parque Natural para Parque Evolutivo, figura que “permite criar paisagens novas, assim como desenhar e aplicar métodos de ordenamento da paisagem” (Frolova-Toribio-Pomar, 2003:614). Compatibiliza-se o conservadorismo com as dinâmicas de modernização e, assim, a paisagem deixa de ser apenas objecto-museu. Esta mudança deve operar-se ao nível das várias políticas de conservação das paisagens urbanas e dos habitats, adaptando-se, de alguma forma, aos novos modos de fazer cidade.

As políticas locais em matéria da habitação (PLH's), na sua formulação ou não através de um plano integrado (PIH)¹³, devem defender e apoiar a diversidade de paisagens urbanas, de habitats e a heterogeneidade social; devem desenvolver dispositivos operacionais para diversificar o habitat humano. As Sociedades de Reabilitação e outras iniciativas, nomeadamente no âmbito do programa URBAN, vão neste sentido¹⁴.

O habitat urbano é, tradicionalmente, de grande diversidade: nos centros históricos das cidades, nas periferias, nas áreas com domínio da habitação unifamiliar ou dos grandes conjuntos urbanos, nas torres ultramodernas ou nos conjuntos de construções débeis, sejam eles os “cortiços”, os bairros de barracas, os “muceques” ou outros habitats precários. Pode ser operário, das elites ou das classes médias¹⁵. São numerosos os documentos que tentam definir habitats humanos através de variáveis seleccionadas para o efeito; por exemplo, o P.L.U. de Estrasburgo, em Março de 2003, ao analisar as interacções entre as características dos alojamentos e o povoamento, definiu sete tipos de habitats como territórios que pressupõem um forte determinismo entre aquelas características e o perfil da

¹² Cfr. Frolova-Toribio-Pomar, 2003:611.

¹³ O Plano Integrado de Habitação pode enquadrar-se no contexto dos Instrumentos de Gestão Territorial.

¹⁴ Em França há várias Instituições e associações ligadas ao Habitat, nomeadamente L'Union Sociale pour l'Habitat.

¹⁵ Cfr. Merlin-Choay, 1988: 329-333.

população que os ocupa¹⁶. Neste domínio, a tendência vai no sentido da uniformização interna dos habitats, o que obriga a um esforço concertado no sentido da procura da diversidade, e de uma maior quantidade de habitats diferenciados entre eles, justapostos mas não misturados. São exemplos, os recentes condomínios exclusivos, implantados em subúrbios desqualificados ou no interior da malha urbana, ao lado de espaços degradados, envelhecidos.

Urge preservar a riqueza dos modos de vida e das paisagens urbanas não como “o selvagem primitivo” mas como a diversidade que dá cor e riqueza à vida urbana, ameaçadas pela globalização e pela normalização associada a esta. Caminhos-se para uma standardização das sociedades desenvolvidas, assente na expansão das classes médias e dos seus modos de vida. Não se encontrou a forma ideal alternativa, parecendo muitas vezes haver algum saudosismo dos contrastes sociais e espaciais anteriores. A homogeneização é marcada no espaço através da introdução de descontinuidades físicas, arquitectónicas e outras que se espalham de forma fragmentada pelos espaços urbanos, apagando a ideia de cidade tradicional e apelando a novas formas de conceber a cidade.¹⁷

2. A inovação nos habitats urbanos vs habitats inovadores: áreas residenciais e desenvolvimento da habitação

Inovação é a palavra-chave para a vida pós-moderna: é necessário reinventar tudo, quer seja novo ou antigo. Gerir e promover a inovação, em suma inovar, é cada vez mais uma responsabilidade de todos os intervenientes na sociedade e na economia. Mas a gestão e a promoção da inovação constituem tarefas complexas, cujo sucesso depende largamente da actuação de cada participante: as Universidades e instituições de pesquisa, que avaliam os modelos existentes e as novas ideias que se desenvolvem; os legisladores e as instituições envolvidas na criação das condições infra-estruturais e ambientais; as empresas de base tecnológica, que modernizam produtos, serviços e processos e que transformam os resultados da pesquisa em novos produtos - todos são interdependentes na execução das alterações necessárias na sociedade.

No contexto das áreas residenciais, a inovação pode ser entendida no seu sentido mais reducionista, como os melhoramentos, ou seja, as “obras que consti-

¹⁶ P.L.U. de Strasbourg, 2003.

¹⁷ Noutros contextos, o habitat tem pouco a ver com a função residencial; por exemplo, no âmbito da Conferência Mundial do IASP (International Association of Science Parks), os Habitats de Excelência: Gestão e Promoção da Inovação WWW., são o meio natural dos organismos de base científica e tecnológica, ou seja, o ambiente favorável à produção científica e tecnológica, definindo os Habitats de Excelência como os espaços físicos, ou virtuais, onde estes organismos superam outros ou lhes são superiores em algum aspecto; espaços onde a gestão e a promoção da inovação são os factores-chave.

tuem benefício das partes comuns de prédio constituído em propriedade horizontal, alterando o seu estado, utilização ou destino. Dependem da aprovação da maioria dos condóminos, devendo essa maioria representar dois terços do prédio” (artº 1425º do Código Civil, português). A inovação tem a ver com os materiais empregues, a arquitectura, a discriminação positiva em termos de visual, de equipamentos disponíveis no edificado ou nas suas imediações ou no conceito imobiliário em que se insere.

Muitas das inovações prendem-se com a criação ou revitalização de espaços com usos mistos e lugares de trabalho integrados com serviços e a distâncias pequenas das áreas de habitação (privilegiando as deslocações a pé ou de bicicleta); assim fala-se cada vez mais em “Construir melhores cidades”¹⁸ ou “Fazer cidade com Habitação”¹⁹. Outras vezes incidem sobre as relações entre o *design* dos edifícios e a conservação/reciclagem dos materiais, o consumo dos recursos e da energia na construção, os processos de produção e o uso dos mesmos²⁰.

A inovação significa novos métodos ou ideias, fazer mudanças, mudanças nos processos de produção; mudanças nos produtos; invenção ou descoberta, grandes descobertas ou eventos modestos ocorrendo num dado período de tempo de forma incremental ou sendo adoptados diferentemente por diferentes organizações.

A inovação teve sempre um papel importante na qualidade e tipologia dos materiais, na cor, na arquitectura, na cobertura, no revestimento, na tipologia dos edifícios, na densidade urbanística, nos arranjos exteriores, mas “o desenvolvimento da habitação permanece um processo largamente conservador” (Nicol - Golland, 2004: 321) porque se mantêm barreiras à inovação no produto habitação e nas técnicas e processos de desenvolvimento inovador.

Ela está muitas vezes ligada à volatilidade e à *performance* do mercado de habitação em que há dois sentidos; por um lado, as empresas de construção não estão dispostas a investir recursos elevados na procura de produtos e processos inovadores, não têm uma visão de longo prazo e assentam em previsões de rendimento e perfis fáceis de determinar; por outro lado, quando são mais inovadoras, sobretudo na produtividade, respondem melhor às mudanças do mercado e à falta de elasticidade de curto-prazo da procura e dos seus efeitos nos preços, melhorando a sua *performance*.

As inovações podem ser vistas como a antítese do processo de construção especulativo (*casas standardizadas*), alterando qualquer momento do processo, aspecto do produto ou o próprio produto. Elas podem ser:

¹⁸ “Building Better Cities”, BBC, é um programa australiano para responder aos problemas ambientais urbanos (Eurocities, 2000:107).

¹⁹ COELHO, 2004:22-43.

²⁰ NICOL - GOLLAND, 2004: 321-339.

- Inovação nos **elementos físicos**, com destaque para os materiais utilizados, embora às vezes sejam apenas cosméticas: painéis de energia solar, novas formas de aquecimento... As mulheres são particularmente sensíveis aos aspectos visuais e aos arranjos no interior, domínios em que houve importantes mudanças. A construção modular ou a forma em “kit” (tipo restaurantes Macdonald ou de outras cadeias de multinacionais), associada a um tipo de construção, eficiente, rápida, com elevada produtividade (mas repetitiva para levar uma imagem que se quer de reconhecimento imediato) elimina a inovação a este nível.
- Inovação **na diversidade de funções e na sua distribuição interna** na unidade residencial ao nível do alojamento familiar e no conjunto da unidade de construção; deu-se recentemente a reintrodução de espaços para funções económicas, ligadas nomeadamente ao teletrabalho e também de elementos que permitem o lazer e a cultura do corpo (no alojamento e nos espaços colectivos).
- Inovação nos **processos de construção** (muito visível apenas nos últimos 30 anos); por exemplo nos anos 80 o *conceito de supercasa* em que todos os materiais são pré-fabricados, com isolamento climatérico e altamente seguros; são preparados e empacotados, prontos a enviar para os locais mesmo longínquos (há ao mesmo tempo inovação nos materiais, na construção e na gestão); o aspecto devia ser o mesmo das fabricadas pelos processos tradicionais. O peso dos processos informáticos não permitiu a generalização deste modelo.
- Inovação nos **processos de desenvolvimento (por exemplo o self-build)**; pode ser considerada uma diversidade dentro da anterior mas é diferente porque atende à capacidade de o agente adaptar o espaço às suas necessidades. Podem ser fornecidas apenas as paredes mestras e os elementos essenciais da habitação, ficando a estrutura e os arranjos internos a cargo do ocupante; pode traduzir-se no aumento de espaço construído na medida do crescimento da dimensão do agregado familiar, etc..
- Inovação na colocação e **mercado dos produtos** (ao nível dos projectos e do marketing).
- Inovação na procura da **sustentabilidade ambiental**, tendo em conta a integração da habitação na sua envolvente, os consumos de energia e a capacidade de reciclagem/reutilização de materiais.
- Inovação na **qualidade urbana** (ambiental, social e cultural) da envolvente. A requalificação urbana é a reintrodução de elementos inovadores num contexto de depauperação do ambiente em geral.
- Inovação na **diversidade tipológica de soluções habitacionais** e na sua adequação às exigências dos diferentes modos de vida, grupos ou momentos temporais. Considera-se que há actualmente muita falta de inovação nas tipologias residenciais.
- Inovação na aposta em elementos que potenciam a satisfação residencial, nas **vizinhaças próximas** que incluem, em simultâneo, o edificado, os equipamentos colectivos e os espaços públicos. A inovação terá então de apostar na “residencialização” dos conjuntos urbanos.

- Inovação nas formas de **vivência urbana**, apostando na integração social, cultural e económica, reduzindo os níveis de pobreza e exclusão e fortalecendo o gosto de viver, a satisfação residencial.
- Inovação nos **espaços públicos**, na qualidade destes e nas formas de usufruto deste.
- Inovação na introdução de facilidades do acesso e uso das **novas tecnologias** associadas à sociedade de informação, com destaque para a casa inteligente, para as formas de mobilidade e transporte ou, a outro nível, para as cidades digitais.
- Inovação ao nível da “**economia do conhecimento**” e da sociedade da informação, associando as novas tecnologias com os serviços, a cultura, a investigação e com as formas de gestão das cidades.
- Inovação na **requalificação urbana e habitacional**, dignificando os conjuntos urbanos e os residentes e compatibilizando a modernização com a conservação do património construído.
- Inovação nas formas de **participação cívica** que levem ao empenhamento das comunidades e à sua corresponsabilização pelos níveis de desenvolvimento alcançado.
- Inovação ao nível da **imagem das cidades** (dentro e fora delas), integrando-as em redes de cidades que potenciem sinergias orientadas para o desenvolvimento e para a competitividade económica.
- Inovação na criação de verdadeiros **ambientes residenciais**, de *habitat* humano/urbano qualificado.

3. A inovação urbana: dos conjuntos urbanos às práticas inovadoras e às normas urbanísticas

Ao nível do território, seja ele a cidade ou a região, a inovação “É a capacidade de uma região para assimilar e transformar os novos conhecimentos afim de melhorar a produtividade dos factores de produção e de criar novos produtos, serviços e mercados”²¹; refere-se, neste caso, a inovação ao nível dos conjuntos urbanos. LEDGERWOOD (1985:174) definiu a inovação urbana como “o processo no qual os actores no sistema de planeamento desenvolvem o planeamento ou a tomada de decisão, usando os recentes paradigmas e/ou ideologias e/ estilos”. Neste sentido, o conceito é muito restrito, pois situa-se apenas ao nível da concepção da cidade, do planeamento urbano, da regeneração dos seus tecidos consolidados, das formas de intervenção, nomeadamente de financiamento²².

²¹ CCRC, s/d.:8.

²² A revista *Habitat Debate*, da UN-HABITAT, das Nações Unidas, de Abril de 2003, vol. 9, nº1, intitulava-se “Innovative Urban Financing”, traduzindo a crença de que um dos grandes desafios neste “milénio urbano” é, exactamente, o de encontrar soluções inovadoras para o problema do financiamento urbano (mensagem da Directora Executiva da Revista).

O conteúdo e a necessidade destas inovações foram debatidos em vários contextos entre os quais se destaca a *European Foundation for the Improvement of Living and Working conditions*, no âmbito do projecto sobre as inovações para a melhoria do ambiente urbano, na conferência sobre inovações urbanas realizada em Sevilha, em 1993. As visões inovadoras, práticas e acções inovadoras viradas para a sustentabilidade urbana e melhoria da paisagem urbana, elementos de política inovadores, energia e reciclagem, desenvolvimento da Agenda Local 21²³, planeamento estratégico, são hoje a continuação dos “projectos inovadores ligados com o transporte urbano, metabolismo urbano, promoção da coesão social e integração nas cidades, segurança urbana, participação dos cidadãos, reestruturação económica das áreas urbanas em crise e *mix* dos usos do solo urbano e das funções”²⁴.

O meio pode constituir-se ou não como propício à inovação. Em geral, podemos dizer como Pires (1994): “A interacção harmoniosa da sociedade (representada por três grandes grupos, a saber: o governo, a empresa privada e o cidadão comum) cria as condições para a implantação de inovações urbanas na solução dos problemas da cidade. Essas inovações, por serem soluções novas e inteligentes, caracterizam um crescimento ordenado, isto é, uma cidade que oferece bons serviços aos seus habitantes”²⁵.

a) A inovação ao nível dos conjuntos urbanos

Algumas das intervenções públicas no espaço urbano e das estratégias dos actores privados actuam sobre as tendências espontâneas de evolução e podem constituir elementos inovadores no sentido de poderem trazer novas dinâmicas, novos equilíbrios, uma qualificação acrescida na base de diferenciadores positivos. Mesmo aqui podemos falar de inovações em áreas muito diversas, com destaque para a das estratégias, dos planos ou dos projectos. O próprio planeamento estratégico apresentou-se, pelo menos para os países do sul da Europa, como uma inovação, uma abordagem inovadora que incorpora mais flexibilidade e mais participação cívica do que o planeamento racional e trabalha em ambientes com margens de incerteza mais elevadas. No entanto, falamos em inovação no planeamento estratégico sobretudo porque ele só sobrevive se conseguir criar e introduzir constantemente novas formas de actuar, novos objectivos, novas práticas, práticas inovadoras porque se trata de um processo e não de um produto.

Dentro de um vasto conjunto de elementos de inovação associados ao planeamento urbano (que nos levaria em última instância ao Novo Urbanismo), destacamos os seguintes:

²³ Ou, como começa a ser referido, da Agenda 22.

²⁴ European Conference on Urban Innovations, 1993:155.

²⁵ PIRES, 1994.

- As cinturas verdes no controlo da expansão urbana.
- As cidades Jardim como conceito e ideia de cidade (filosofia inovadora).
- Os quarteirões planeados, utilizando, por exemplo, o conceito de unidade de vizinhança, que marcaram a história do urbanismo e, por isso, foram inovadores na promoção de estruturas planeadas de forma integrada de diversas dimensões, tendo como suporte a população necessária para justificar determinado equipamento colectivo (escola básica pública como ponto de partida).
- As Cidades Novas como formas planeadas, desde 1900²⁶, a localização, acessibilidades, funcionamento e animação da comunidade, qualidade de vida e da paisagem urbana; apostam em soluções que aliam o habitat individual e o colectivo.
- O conceito de imobiliário como ideia unificadora de um conjunto urbano, tornando-o exclusivo e único (aposta mais visível na viragem do século XX para XXI, na fase da fragmentação urbana, acompanhada pela promoção urbana dirigida às classes médias/altas e altas nas periferias imediatas das grandes cidades) em oposição ao “território sem lugares” (na linguagem de Jean-Michel Roux, 1980).
- Os grandes projectos de requalificação e regeneração urbana das últimas décadas.
- Projectos mais pontuais mas que marcam a imagem da cidade atraindo investimento (torres mono ou plurifuncionais, museus, pontes, conjuntos históricos recuperados e redinamizados, com atractivos invulgares com destaque para a arquitectura (arte urbana e arte de engenharia).
- O projecto e as materializações de cidades digitais, com novos equipamentos, novos instrumentos de comunicação entre governança e cidadãos (constituindo as cidades digitais comerciais e as cidades digitais cívicas).
- As novas tipologias de habitação que incorporam as novas relações profissionais emergentes e a valorização de espaços para o teletrabalho e outras actividades produtivas ou de lazer.
- As novas tipologias de “conjuntos urbanos” que integram os “usos mistos” e valorizam as componentes cultura, desporto, lazer, integração na paisagem, espaço público qualificado, segurança das pessoas e da propriedade, satisfação residencial.

Em geral, está a dar-se a recomposição da cidade como densa rede de informação e comunicação²⁷ e a pluralização dos modos de vida assente numa matriz

²⁶ Ver a situação até 1969 em OSBORN -WHITTICK, 1969: 425-434; enumera as novas cidades desenvolvidas em todo o mundo (em Portugal é referido apenas Alvalade, em Lisboa) e como elementos inovadores: planeamento da localização da cidade e do seu funcionamento interno; localização e acessibilidades em relação às grandes cidades, equilíbrio das funções urbanas em número e nas localizações (aproximar emprego e habitação), facilidade das deslocações, animação para criar o sentido de comunidade, a qualidade de vida e da paisagem urbana como objectivos desejados, oferecer aos seus habitantes a possibilidade de escolha entre a casa individual e o apartamento, o acesso à propriedade ou à locação, procura de soluções originais que tentam aliar as vantagens do habitat individual e do colectivo na concepção dos alojamentos (possibilidade de modificar os arranjos do espaço interior do apartamento, varandas “terraces” privadas, jardins suspensos). Não se trata, em caso algum, de propor uma arquitectura futurista, cujo fim seria chocar pelo seu aspecto insólito, mas oferecer o alojamento melhor adaptado, mais adequado às necessidades de cada um – que podem variar.

²⁷ Há muitos autores que têm tratado estas temáticas de forma brilhante; destacamos F. Ascher e M. Castells.

espacial de unidades dotadas de elevado grau de homogeneidade interna. Aquela rede de informação pode ser o elo que desencadeie a unificação dos territórios fragmentados e homogeneizados que caracterizam o urbano actual.

b) As práticas urbanas inovadoras

As práticas urbanas inovadoras são acções concretas que visam introduzir a inovação urbana nos domínios considerados relevantes. Neste contexto “As cidades sustentáveis com casas sustentáveis”²⁸ são objectivos destacados nas orientações e nos critérios de escolha das propostas apresentadas, nomeadamente no âmbito dos programas de Iniciativa Comunitária, PIC, Urbana.

São exemplos, as práticas inovadoras propostas nos projectos-referência no Ambiente Urbano em Portugal (DGOTDU, 2001) que foram seleccionados dentro dos cerca de 150 apresentados pelas 27 Autarquias que responderam ao inquérito da DGOTDU. Os 41 Projectos abrangeram 23 cidades (15 classificadas como cidades médias) e 4 vilas²⁹.

A grelha enviada era clara mas verificou-se um entendimento diversificado do que eram práticas inovadoras, indo de acções concretas, a objectivos das acções ou mesmo a factos passados, por exemplo a obtenção de prémios. Geralmente exige-se que essa acção ajude a quebrar rotinas, a modernizar, a dinamizar, a introduzir elementos dos novos paradigmas do desenvolvimento dos territórios (actualmente ambientalista e sustentável) e do funcionamento e gestão das sociedades.

As práticas inovadoras em matéria do território passam sobretudo pela questão da sustentabilidade ambiental, económica, social e cultural, e pela modernização em termos de tecnologias de informação e comunicação.

c) As normas urbanísticas e a inovação urbana

É pertinente perguntarmos se as normas urbanísticas no planeamento urbano, em geral, e de áreas residenciais, em especial, servem como estímulo ou como controlo e inibição da inovação. Provavelmente têm a duas funções: quando introduzem elementos novos são estimulantes, quando padronizam ou uniformizam (função principal que têm) controlam, de certa forma, a possibilidade de outras inovações. Talvez no início possam ser portadoras de alguma inovação mas a sua

²⁸ Título de um artigo de Livia Tirone, em *Lisboa Urbanismo*, Janeiro/Abril 2001, ano 4, nº15.

²⁹ Castelo Branco, Espinho, Évora (2), Faro, Figueira da Foz, Gondomar, Guimarães, Leiria (2), Lisboa (3), Loures (2), Mafra, Marinha Grande, Moita, Oeiras (2), Olhão (2), Penafiel, Portalegre (2), Santo Tirso (3), São João Madeira, Seixal (3), Sintra, Vila Conde, Vila Franca Xira, Vila Nova Famalicão, Vila Nova Gaia, Viseu (3), Torres Vedras.

função principal é a de controlar a diversidade, padronizar, “normalizar”, ou seja, inibir a inovação.

Nos anos 80, os Planos Integrados de Habitação (por exemplo o de Almada, PIA), apesar dos constrangimentos impostos pelo contexto, foram um campo de ensaio e de contributos para novos conhecimentos, experiências e técnicas e para a produção, adopção ou rejeição de Normas Urbanísticas, ou seja, uma experiência inovadora no planeamento urbano, em geral, e no de áreas residenciais destinadas a estratos carenciados, em especial. As normas eram inovadoras em si mesmas porque eram pioneiras na procura de soluções para determinados problemas embora a sua função intrínseca fosse, de facto, padronizar, uniformizar, tendo em vista a melhoria dos padrões de qualidade de vida das populações. Assim, neste e noutros domínios, as normas podem ser inovadoras apesar de terem a “normalização” como finalidade intrínseca.

Podemos aplicar-lhe o que foi dito noutra contexto dizendo que “A normalização (...) É um movimento muito mais geral e profundo. Caracteriza-se negativamente (...), pela homogeneização dos comportamentos, ela supressão de possibilidades de vida (criação de novos possíveis de subjectivação), e positivamente, pela aceitação universal deste estado de coisas. Um traço essencial da normalização é a ausência de alternativas, a afirmação de uma única norma em todos os domínios (desde a governação à vida privada); ausência de alternativas que por sua vez, são acompanhadas pelo desaparecimento da norma”³⁰.

4. A nova cultura urbana: as cidades digitais, informacionais, virtuais

Na actualidade, a inovação urbana remete-nos para os elementos que marcam as cidades globais, para a sociedade de informação, para as cidades digitais³¹ (“..”arena onde pessoas em comunidades podem compartilhar conhecimento, experiências e interesses mútuos”³²), para as ciber-cidades que “passam a ser pensadas como formas emergentes do urbano que, pelo potencial do ciberespaço, poderia restabelecer o espaço público, colocar em sinergia diversas inteligências colectivas, ou mesmo reforçar laços comunitários perdidos na passagem da comunidade à sociedade moderna”³³. São projectos inovadores que transferem “para o desen-

³⁰ GIL, 2004:112-113.

³¹ Existem muitos programas e projectos de cidades digitais, com destaque para o Netville, Infoville, Cities (dentro delas, as Eurocities), Telecities, Infocities, Cidades digitais em muitos países (digital city Washington, Seattle Commity Network, Amsterdam Digital City, Barcelona, Viena, Uk digital cities, etc.), nomeadamente Portugal (como “Almada cidade digital” e outras), na continuação da Construção do Portugal Digital, do Programa Operacional Sociedade da Informação, POSI, e dos seus desenvolvimentos. As cidades digitais têm sido objecto central de conferências e workshops.

³² seg. AKAHAMI - ISBISTER-ISHIDA, 1999, citado em ZANCHETI (2001: 311-329).

³³ LEMOS, 2000, citado em ZANCHETI, 2001.

volvimento tecnológico grande responsabilidade na resolução de problemas políticos e culturais, estruturais da sociedade contemporânea. (...); contudo não está claro que a inovação tecnológica vá responder satisfatoriamente ao problema social estrutural, especialmente em países periféricos, onde a penetração das TICs está sendo realizada de modo muito desigual” (ZANCHETI, 2001:3).

Há dois tipos principais de cidades digitais, aquelas que são cidades reais informatizadas e as que são cidades metafóricas, “comunidades de interesse específico, sem qualquer base física, que se reúnem em portais abertos, com o Geocities e o Sprawl”³⁴. Em qualquer dos contextos, fala-se de cultura urbana, digital e inteligente, como um novo paradigma, como inovação urbana. Pelo carácter inovador que hoje lhes é atribuído vamos sintetizar no quadro 1, as vantagens e desvantagens das cidades digitais, CD, no contexto da urbanidade.

O grande desafio das cidades digitais para o planeamento urbano parece ser o de permitirem perceber e antever os efeitos que provocam na mobilidade das pessoas, bens, serviços e informação e, dessa forma, ajudarem a alterar as bases em que assentava o planeamento tradicional, dando-lhe mais transparência, eficácia e razão de ser.

O seu funcionamento em redes potencia a difusão rápida da inovação ao longo das cadeias de comunicação que elas constituem. As inovações urbanas não são excepção e as numerosas redes de conhecimentos, de práticas políticas, de associação de cidades, são veículos importantes para a generalização de ideias e de práticas que na origem foram inovadoras-revolucionárias (*avant-garde*) mas que, depois, se tornaram inovadoras-conservadoras (reprodutoras de modelos muitas vezes sem grandes preocupações de adaptação às novas condições).

As cidades digitais são consideradas inovadoras porque visam a alteração para uma situação percebida como contribuindo para a melhoria dos padrões de qualidade de vida ou de trabalho, segundo os paradigmas actualmente em desenvolvimento.

³⁴ LEMOS, 2000, citado em ZANCHETI, 2001.

Quadro 1 - Vantagens e desvantagens da urbanidade associada às Cidades Digitais, CD

Estimulam novas formas de comércio local e de serviços de apoio ao cidadão e às empresas	Criam novas marginalidades e exclusões sociais por analfabetismo informático e tecnológico
Promovem o turismo, mostrando destinos paradisíacos ou desejáveis	Reforçam desigualdades pelas diferentes facilidades do acesso aos canais de informação (infra-estruturas, alfabetização e preços)
Facilitam o acesso aos grupos de debate sobre problemas locais, nacionais ou internacionais	Introduzem indefinição nas configurações urbanas por ausência de limites
Proporcionam a criação de relações entre grupos fragmentados	Proporcionam condições para alienação urbana dos cidadãos por isolamento físico do indivíduo enquanto comunica
Aproximam os cidadãos dos centros de decisão (nomeadamente aos governos locais)	Potenciam dependência social em relação às tecnologias e ao ciberespaço, do ponto de vista afectivo e operacional
Multiplicam as comunidades virtuais que evocam o convívio urbanístico	Incapacitam as cidades de gerarem novos espaços públicos
Estabelecem novas relações de vizinhança sobre um novo tipo de espaço e geografia, as cidades digitais cívicas como referências ideológicas da cidade	Levam a um menor grau de comprometimento social, afectivo, político e de proximidade física, nas novas formas de relacionamento no ciberespaço
Reforçam a multiplicidade cultural da cidade através da heterogeneidade dos participantes	Aumentam a possibilidade de destruição do carácter público da cidade pela eventual ligação das CD a determinados grupos de poder
Libertam e dão maior mobilidade através da gestão personalizada do tempo e do teletrabalho	Criam ou agravam inadequação das tipologias habitacionais às novas necessidades
Criam um importante acervo de informação das mais variadas espécies e de fácil acesso	Criam ou agravam a falta de enquadramento das relações profissionais emergentes que não se adequam à cidade tradicional
Responsabilizam mais o indivíduo perante o desenvolvimento, por ter acesso mais fácil à informação e à participação directa nos diferentes processos	Reforçam a percepção de crise urbana ³⁵
Criam novas urbanidades	

Nos programas Operacionais em curso, sobretudo no da Sociedade da Informação, POSI³⁶, expressa-se, de forma bem clara, a aposta no Portugal Digital, principalmente nos seus Eixos Prioritários II (medida 2.3 – projectos integrados: das Cidades Digitais ao Portugal Digital) e VIII (medida 8.1 – Cidades e Regiões Digitais. A sociedade do Conhecimento ao Serviço do Território), tendo como objectivo contribuir nomeadamente para a “criação da melhoria da qualidade de vida...”

A inovação é, hoje uma preocupação central em todos os sectores e domínios da sociedade, abrangendo a sua dimensão territorial e apostando nas cidades como pólos com potencial de inovação e de difusão desta.

³⁵ Segue algumas ideias expressas em “Cidades Digitais: Novos Modos de Habitar?”, comunicação apresentada na workshop “Cidades e Regiões Digitais”, 2003, na Universidade Fernando Pessoa (não será referida na bibliografia porque a fonte utilizada, a *internet*, não destacava o autor).

³⁶ Sobre a Unidade de Missão Inovação e Conhecimento (UMIC), a Agência de Inovação, A Sociedade de Informação e do Conhecimento, Os Planos de Acção, o Guia Operacional das Cidades e Regiões Digitais (2003) e o POSI, veja-se, por exemplo, www.posi.pcm.gov.pt.

5. Habitats inovadores, conceitos de imobiliário residencial e marketing territorial

Urge então perguntar o que é actualmente um habitat humano inovador, como se manifesta a inovação nas áreas residenciais, entendidas estas em sentido restrito ou amplo. Se considerarmos os novos conjuntos residenciais: são inovadores? Como se manifesta a inovação?

Sem dúvida que em muitas das novas promoções residenciais se tem vindo a incorporar elementos que melhoram a qualidade habitacional pelo menos em relação às fragilidades que se verificavam na maioria das situações em Portugal. Nas mais importantes talvez seja de destacar a privatização dos espaços outrora públicos e a inclusão nos condomínios (agora não apenas os verticais mas também os horizontais exclusivos) ou nas habitações de espaços destinados a actividades económicas (escritório³⁷), de lazer (ginásio, sauna,...além da sala de condomínio já existente anteriormente em áreas de elites) e de desporto (constituindo-se muitas vezes em actividade-âncora do empreendimento, como acontece muitas vezes com o golfe, o hipismo, e menos com o ténis). Naturalmente que ao nível dos materiais, das cores, da arquitectura,... a evolução é muito grande, o que significa grande penetração de factores de inovação.

Hoje o imobiliário aposta no desenvolvimento em torno de uma ideia, de um conceito que permite criar uma imagem, uma identidade, que estimula a venda das unidades residenciais e proporciona a satisfação de viver num conjunto com o qual se tem algum grau de identidade; pode ser a actividade-âncora, por exemplo o hipismo, que junta indivíduos com interesses comuns por esse lazer ou desporto; pode ser um plano de água associado ou não a outra imagem (Espaço público - Parque das Nações), um símbolo histórico, uma ideia, etc..Este conceito pretende conferir identidade ultrapassando o tempo, as permanências que a história consolidava como elementos identificadores.

Este conceito e a sua função evidenciam-se noutros segmentos, nomeadamente no urbanismo comercial (vejam-se apenas dois exemplos, o caso do Fórum de Almada, em torno do elemento mar, e o do Montijo usando o Alentejo como ideia agregadora dos elementos e símbolos). Nos centros comerciais da geração anterior não era tão visível mas as Amoreiras, por exemplo, já tinham o castelo e as suas torres como ideia aglutinadora.

As mudanças na família e nos padrões de consumo e o aumento do trabalho feminino em casa ou fora dela estão a enfraquecer a família tradicional e a desenvolver novas relações casa/trabalho e novas formas de comunicação e consumo,

³⁷ Existente na casa burguesa já no século XIX, alarga-se recentemente às novas elites da classe média; a era da informática leva à necessidade da sua introdução na habitação de grupos sociais mais diversificados.

traduzindo-se também em inovações no desenho das habitações. Assim a inovação assenta nas novas exigências do consumo individual, identidade e conforto e na associação emprego/ ocupação com o lazer.

Nos novos conceitos de habitação não se fala na dicotomia casa rural/ urbana mas em novos tipos de casas da cidade, residências com serviços, “residências paisagísticas”³⁸, residências protegidas, etc. O ambiente, a sustentabilidade, o simbólico, a segurança, o lazer, são agora elementos centrais na promoção das áreas residenciais e das cidades.

Nos novos modos de viver na sociedade actual fala-se de “hiper-vivência”, vivência em espaços diferenciados e ligados uns aos outros como se de “hipertexto” se tratasse³⁹; salta-se de uns para outros encontrando novos contextos e novos ambientes mas parece faltar o elo que lhe dê o sentido, a coesão e o reforço da identidade; tal como acontece no espaço urbano, a vivência urbana parece sofrer de uma fragmentação por falta de um elo que ligue cada segmento.

Conclusão: impacto da inovação nas estruturas espaciais e no habitat urbano

As cidades são centros de aglomeração, portas de ligação inter regional, ambientes de vida, centros político-administrativos, centros de cultura e de identidade e, ao mesmo tempo, centros incubadores de inovação. As estruturas espaciais que as suportam são caracterizadas pelo seu alto grau de inércia apesar das mudanças contínuas que se vão operando (o aspecto global permanece constante).

A inovação tecnológica e organizacional transforma o território, mudando as tecnologias de produção, a localização e competitividade das actividades económicas, tendo impacto no mercado de trabalho, nas estruturas das redes de transporte e no seu funcionamento e na qualidade ambiental. Provoca mudanças na estrutura dos territórios, aumentando as acessibilidades e alterando a capacidade criativa, de governação e empreendedora dos diferentes actores e agentes. Promove um mercado orientado para a satisfação das necessidades dos novos utilizadores; potencia a participação cívica e a aproximação da governação aos governados e a resolução de muitos dos problemas que enfermam as comunidades actuais mas cria outros de natureza bem diferente; mudanças que afectam, por sua vez, a capacidade de inovar⁴⁰.

³⁸ Conceito com efeitos sobretudo comerciais, de marketing, considerando a paisagem como elemento definidor da qualidade residencial.

³⁹ Remetendo para F. Ascher, na sua comunicação apresentada no Instituto Franco-Português, em Lisboa, no início de 2005.

⁴⁰ Segue ideias de CAPPELIN, 2004.

Haverá uma dimensão óptima das estruturas espaciais que favoreça o aparecimento da inovação? É uma pergunta básica mas ainda sem resposta.

A razão de ser das intervenções públicas é, em teoria, sempre a melhoria da qualidade dos habitats humanos, sejam ou não urbanos, e o grande desafio, a grande aposta deste século XXI centra-se na procura da inovação, ao nível dos processos e dos produtos. Ao planeamento urbano compete a promoção da diversidade social e espacial mais do que das soluções massificadas e *standardizadas*, ou seja, mais a inovação do que a “normalização”. O planeamento estratégico e a lógica em que se apoia é prova disso, valorizando mais a flexibilidade do que a rigidez que se associava ao planeamento racional/tradicional.

A cidade tradicional envelheceu; ela tem de se adaptar à modernidade que passa pelas potencialidades das tecnologias de informação e comunicação. A cidade do futuro será aquela que soube tirar partido destas novas tecnologias para inovar na forma como se requalificou, regenerou os seus tecidos e melhorou a qualidade de vida dos seus urbanitas. A interação harmoniosa, a cooperação, a participação e a implantação de inovações urbanas são os itens que permitirão a construção de uma cidade próspera, bem resolvida e com qualidade de vida.⁴¹

Assim, podemos afirmar que o habitat é, de facto, um conceito central na operacionalização do planeamento urbano e, apesar de “o novo deixar de ser novo” com o passar do tempo e com a repetição do elemento inovador noutros contextos e sítios, a inovação é a razão de ser das estratégias de intervenção nos territórios e o impulso transformador dos habitats, nomeadamente urbanos.

Referências bibliográficas

- ARAVANTINOS, Athanassios (1993), *Urban Innovations: some views*, in *European Foundation for the Improvement of living and working conditions*, 1993, European Conference on urban Innovations, Seville, 6-8 Oct.
- BADSHAH, Akhtar A. and PERLMAN, Janice (2002), *Mega-cities and the Urban Future: A Model for Replicating Best Practices*, in BRIDGE, Gary and WATSON, Sophie, edits, *The Blackwell City Reader*, Blackwell Publishing, Oxford, UK, 2002 .
- BRUNET-FERRAS -THÉRY (1992), *Habitat*, *Les Mots de la Géographie. Dictionnaire de la Géographie Critique*, GIP/RECLUS, La Documentation Française.
- CAPPELIN, Riccardo (2004), *Urban agglomeration and the knowledge economy: innovation networks in an enlarged Europe*, comunicação apresentada no *Congresso Internacional “Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Urbano”*, 24-26 de Nov. ISCSP, Lisboa.
- COELHO, António Baptista (2004), *Fazer cidade com Habitação – Qualidade da arquitectura e humanização das formas de habitar*, Revista *Urbanismo*, ano 5, nº19, Outono/Inverno.
- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO, s/d, *Inovar para competir melhor*, Medida 1.5 Apoio às actividades económicas, acções de desenvolvimento territorial e apoio à eficácia das políticas públicas, Programa Operacional da Região Centro.
- Dicionário do imobiliário. Habitação. Construção. Urbanismo*, CIVIS, Informação do Cidadão e da Empresa Lda. Carcavelos, 1996.

⁴¹ Cfr. PIRES, 1994.

- Eurocities (2000), *Innovative policies for sustainable urban development: the ecological city*, European Foundation for the Improvement of living and working conditions (1993), European Conference on urban Innovations, Seville, 6-8 Oct. 1993.
- FROLOVA, Marina, TORIBIO José Menor, POMAR, Luis Camcer (2003), El paisaje en las políticas públicas de Francia y España: desde la protección del monumento a la gestión del espacio, in *Estudios Geográficos*, LXIV, 253, Octubre-Diciembre 2003, Instituto de Economía y Geografía, Madrid.
- GIL, José (2004), Portugal hoje. O medo de existir. 5ª edição, Relógio d'Água, Lisboa.
- GOLLAND, Andrew and BLAKE, Ron (2004), *Housing Development, Theory and practice*, Routledge, London and New York.
- IASP, International Association of Science Parks (2003), *Habitats de Excelência: Gestão e Promoção da Inovação* www.iasplisboa2003.com
- LEDGERWOOD, Grant (1985), *Urban Innovation. The Transformation of London's Docklands 1968-84*, Gower, England.
- LES CAHIERS DE L'HABITAT (1988), *L'Habitat: un enjeu pour demain, une interview de Jean-Paul Lacaze*, nº4, Julho.
- MERLIN, Pierre; CHOAY, Françoise (1988), *Dictionnaire de l'Urbanisme et de l'Aménagement*, PUF. Paris.
- NICOL, Chris; GOLLAND, Andrew (2004), Innovation and emerging trends in housing development In GOLLAND, Andrew and BLAKE, Ron, 2004, *Housing Development, Theory and practice*, p. 321-339, Routledge, London and New York.
- NAÇÕES UNIDAS - Revista *Habitat Debate* UN-HABITAT.
- OSBORN, J. ; WHITTICK, A. (1969), *The new Towns. The answer to megalopolis*, Leonard Hill, London.
- PIRES, Glauco Oscar Ferraro (1994), *Curitiba: por quê cidade modelo?*, Curitiba, 1994.
- ROUX, Jean-Michel (1980), *Territoire sans lieux. Banalisation planifiée des régions*, Paris, Dunod.
- SCHUYT, Michael (1980), *Les bâtisseurs du rêve*, Paris, Chêne-Hachette.
- ZANCHETI, Sílvio Mendes (2001), Cidades Digitais e o desenvolvimento Local, *RECITEC*, Recife, vol, 5, nº 2:311-329.

Sites da internet referidos:

- Observatório da Ciência e do Ensino Superior www.oces.mces.pt
- Programa Integrado de Apoio à Inovação e Agenda para a Inovação: www.proinov.gov.pt
- Unidade de Missão Inovação e Conhecimento www.unic.pcm.gov.pt
- Programa Operacional da Sociedade de Informação www.posi.pcm.gov.pt
- Project de Territoire.com, Copyright 2003 ETD, Association nationale pour le Développement des Territoires – Infos légales , www.ined.fr/bdd/projrech/admin/m_project_cher.php?project=55713)
- P.L.U. de Strasbourg, Document d'étape-Commission PLU, ADEUS, Mars 2003. Document provisoire: www.strasbourg.fr/NR/rdonlyres/62c201DE-c380...)